



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PET na RECLAMAÇÃO Nº 41278 - SP (2020/0347192-0)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
REQUERENTE : WENDEL HENRIQUE LUIZ DA SILVA
ADVOGADO : JOSÉ RICARDO SOLER DOS SANTOS - SP394629
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
RECLAMADO : JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE JALES - SP

DECISÃO

Cuida-se de petição de reiteração da reclamação com pedido de liminar interposta por WENDEL HENRIQUE LUIZ DA SILVA contra decisão-ofício proferida pelo JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE JALES (fls. 31-38).

Em suas razões, o reclamante alega que, não obstante a decisão liminar desta Presidência às fls. 23-25, que determinou o cumprimento da decisão do Ministro Nefi Cordeiro no HC n. 617.856/SP, o juiz de plantão da Comarca de Jales (SP) deixou de expedir o competente alvará de soltura em favor do reclamante.

Requer a reiteração da medida liminar para que seja expedido alvará de soltura ao reclamante.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em decisão de fls. 23-25, deferi a liminar pleiteada na presente reclamação ao verificar que, por ocasião de audiência realizada em 13/10/2020, o Juiz da 2ª Vara Criminal da Comarca de Jales determinou a expedição do mandado de prisão em desfavor do reclamante (fls. 10-13), sendo que o Ministro Nefi Cordeiro, em decisão prolatada em 11/11/2020, confirmando liminar anteriormente proferida em 6/10/2020, nos autos do HC n. 617.856/SP, deferiu a ordem para a soltura do paciente Wendel Henrique Luiz da Silva, ora reclamante, sob o fundamento de que as circunstâncias do caso concreto não exigiam a prisão cautelar.

No entanto, em momento posterior, nas informações prestadas pelo Juiz singular (fls. 31-38), esclareceu-se que "a regressão do regime da pena para privativa de liberdade (e, por conseguinte, a prisão do sentenciado) deu-se em virtude da prática de fato novo definido como crime doloso, e não em decorrência da prisão preventiva decretada nos autos de número 1501225-65.2020.8.26.0297" que guarda correlação com o HC n. 617.856/SP (fl. 37).

Asseverou ainda o magistrado que "o objeto da RECLAMAÇÃO Nº 41278 -

AP (2020/0347192-0), em que se determinou o cumprimento dos termos da decisão proferida no HC 617.856/SP, (no qual se concedeu a liberdade provisória condicionada no processo 1501225-65.2020.8.26.0297, **exclusivamente**) restou cumprido" (fl. 37 - grifo do original).

Ademais, o magistrado elucidou que, "na decisão proferida nas páginas 108/9, sustou-se cautelarmente o regime do sentenciado WENDEL HENRIQUE LUIZ DA SILVA, com fulcro no artigo 118, inciso I, da LEP, em decorrência da prática de fato novo definido como crime doloso e não em virtude da prisão preventiva decretada nos autos de número 1501225-65.2020.8.26.0297" (fl. 35). Tal decisão fora proferida no feito executório de número 0000199-50.2020.8.26.0154, para o qual afirmou que não houve determinação expressa, no HC n. 617.856/SP, de soltura quanto à prisão nele realizada.

A concessão da tutela de urgência deve ser lastreada na existência concomitante de *fumus boni iuris* e *periculum in mora*, sendo necessário haver um nexo de subordinação da medida liminar à fumaça do bom direito e, ainda, à comprovação de maneira efetiva do risco danoso caso não seja deferida a cautela.

Sendo assim, diante dos fundamentos trazidos pelo Juiz de Direito Alexandre Yuri Kiataqui, da 2ª Vara Criminal da Comarca de Jales, revogo a liminar anteriormente concedida às fls. 23-25, devendo-se reservar ao ministro relator competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Comunique-se com urgência ao Juízo de primeira instância, bem como ao presidente do Tribunal de origem para ciência da presente decisão.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente